

CARTA-PROGRAMA CHAPA “Unidade na Luta”

Quem sabe faz agora, não espera acontecer!

No próximo dia **16 de setembro** estaremos realizando eleições gerais para renovação da diretoria executiva, conselho deliberativo e conselho fiscal do SINDJUF.

Já há algum tempo o SINDJUF vem vivendo uma intensa crise de direção. Fruto dessa crise, as últimas eleições têm sido resolvidas através de ações judiciais, inclusive a eleição da atual diretoria provisória.

Preocupados com os destinos do sindicato, diversas lideranças do TRT, da Justiça Federal e do TRE resolveram sentar à mesa e, superando divergências no campo das idéias, selaram um entendimento para condução do SINDJUF.

A **CHAPA “Unidade na Luta”** nasceu dessa convergência de propósitos. Estamos renovando 70% da composição frente à diretoria anterior e com o espírito de acabar de vez com as brigas e picuinhas que só desgastavam a entidade.

Buscamos resgatar as lideranças comprometidas com um projeto de construção coletiva, independente de convicções políticas, ideológicas ou religiosas, onde todos, irmanados e atuantes, possam realizar, trabalhar e produzir mais.

A intenção de todos que participam da **CHAPA “Unidade na Luta”** é a de construir as condições necessárias para o fortalecimento da entidade e buscar a unidade na ação e na luta.

Afinal, o SINDJUF não deve ser instrumento de grupos, nem de segmentos isolados. O SINDJUF representa todos nós, com nossos defeitos e nossas virtudes, com a nossa cara, nosso jeito de ser e de fazer.

A **CHAPA “Unidade na Luta”** sabe da importância dessa pacificação e da necessidade de união de toda categoria. O horizonte de lutas pela frente indica que se a categoria não estiver unida em torno da **reposição salarial** e do **plano de carreira** as chances de sucesso serão muito reduzidas.

Não podemos correr riscos. A revisão salarial dos servidores não está garantida. Qualquer proposta que venha contemplar a categoria, terá que sair através da mobilização dos servidores do Judiciário Federal. Qualquer chapa que não esteja

atuante nesse processo nem possua representatividade dos três Tribunais, não poderá nos representar coletivamente e muito menos conseguirá essa união.

Nosso lema será: **”unidos na luta, unidos na ação”**.

No dia 16 de setembro **dê um voto de confiança** nesses colegas que acreditam que um novo SINDJUF é possível.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

I- Lutas Gerais

O compromisso da **CHAPA “Unidade na Luta”** com a categoria será deflagrar imediatamente uma intensa mobilização para conquistarmos a revisão salarial já! E manter a categoria mobilizada na defesa do nosso plano de carreira. Para isso propomos:

1. Reduzir a diferença salarial atual entre os cargos [auxiliares, técnicos e analistas], tendo como parâmetro a tabela da FENAJUFE;
2. Defesa da paridade entre ativos e inativos;
3. Priorizar o vencimento básico em relação às gratificações;
4. Manutenção da **GAS e da GAE**, podendo acumular com a GPT;
5. Reenquadramento dos auxiliares judiciários;
6. Lutar pela aprovação do PL 319/07, que regulamenta itens da Lei 11.416/06, como o AQ para técnicos com graduação.
7. Jornada de trabalho de 6 horas;
8. Combate ao projeto anti-greve que se encontra no Congresso Nacional;
9. Propor a imediata revogação da Instrução Normativa nº. 01/08, do Ministro do Trabalho, que estende o imposto sindical ao serviço público;
10. Lutar pela manutenção do recesso forense;
11. Lutar pela quitação imediata e integral do pagamento dos juros dos 11,98% aos servidores do Judiciário Federal;

12. Atualização monetária do auxílio alimentação e auxílio creche;
13. Combater a prática do assédio moral em todas as suas formas;
14. Interiorização das ações, atividades e eventos do sindicato, tanto em relação às lutas da categoria, quanto ao campo social, cultural, esportivo e assistencial;
15. Valorização do serviço público e do servidor do Judiciário Federal;
16. Lutar pela democratização das gestões dos Tribunais, realizando, inclusive, campanha por eleições diretas para Diretor Geral em cada órgão;
17. Criação de uma semana cultural do Judiciário Federal;
18. Construção da nova sede do SINDJUF, para atender às necessidades da categoria;
19. Lutar pela isonomia de direitos e atribuições dos servidores removidos por permuta (entre tribunais) com os do órgão de destino.
20. Lutar pela aposentadoria especial para os servidores que exercem atividades de risco à saúde ou à integridade física;
21. Defender uma política ousada, nos órgãos do judiciário federal, de incentivo à qualificação permanente dos servidores, incluindo pós-graduação, com pagamento de bolsa-estudo para quem frequenta faculdades particulares;
22. Lutar para que o cargo de oficial de Justiça e agente de segurança seja considerado como de atividade de risco e perigosa.
23. Em ação conjunta com a FENAJUFE, mobilizar os Agentes de Segurança e lutar pela criação da Polícia Judicial;
24. Defesa da aprovação da PEC 270/08 (aposentadoria integral, com paridade, aos servidores públicos que se aposentam por invalidez);
25. Defesa da regulamentação do art. 40,§ 2º da CF (aposentadoria especial no serviço publico para pessoas com deficiência);
26. Defesa da acessibilidade nas instalações do Judiciário Federal, para melhorar o acesso ao público em geral e aos servidores com deficiência;

27. Realização de seminário sobre os direitos e as condições de trabalho dos servidores com deficiência no serviço público;

28. Apoio às iniciativas da sociedade civil organizada em defesa dos direitos humanos e da cidadania;

II- Lutas específicas

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

1. Solicitar à Administração a agilização do pagamento administrativo dos **quintos**, atendendo àqueles que ainda não foram contemplados.
2. Discutir com a AMATRA, ASTRA e COOPERATIVA ação para que venha beneficiar toda a categoria trabalhista.
3. Solicitar junto à administração cumprimento da jornada de trabalho de forma igualitária em todo o Estado.
4. Lutar pela implementação da Reestruturação do Quadro de Segurança observando a peculiaridade de cada Fórum ou unidade.
5. Lutar pela Reestruturação do Quadro de Serviço Médico, Odontológico, Fisioterapia e Psicologia, observando a peculiaridade de cada Fórum ou unidade, contemplando inclusive os servidores lotados nas cidades mais distantes.
6. Manutenção da luta e do apoio institucional dado aos técnicos operacionais do TRT, patrocinando o acompanhamento jurídico e garantindo a continuidade do contrato firmado pela direção atual do SINDJUF.
7. Combater ao lado de toda categoria a não aplicação da resolução 53 do CNJT;
8. Lutar pela imediata implementação de gabinete virtual;

JUSTIÇA FEDERAL

1. Lutar pelo fim da reserva de vagas para veículos dos órgãos públicos no estacionamento interno, por entender discriminatório e inconstitucional;
2. Lutar por um plano de reestruturação da segurança nos prédios da Justiça Federal, implementando conceitos de inteligência preventiva, qualificação e aperfeiçoamento do quadro de agentes de segurança;

3. Propor à Administração o imediato pagamento administrativo dos chamados **quintos**.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

1. Lutar pela correção do modelo de gestão do TRE: retorno do biênio da gestão administrativa e indicação do magistrado que chega do TJ para vice, evitando, assim, os atuais prejuízos de descontinuidade administrativa;
2. Defender a elaboração de um planejamento estratégico e participativo para o TRE, se necessário com consultoria externa qualificada, para estabelecer ações prioritárias para o órgão.
3. Defender a isonomia de direitos e condições de trabalho entre Secretaria do TRE e Zonas Eleitorais.
4. Lutar pela equiparação da FC de chefe de cartório eleitoral da capital e do interior, pelo maior valor.
5. Trabalhar para aperfeiçoar as regras de remoção no TRE-PB, visando também incluir no processo os claros de lotação;
6. Trabalhar pelo reforço e ampliação do serviço médico-odontológico, levando-o, inclusive, às Zonas Eleitorais.

COORDENADORES GERAIS	
MARCOS FERNANDO AZEVEDO BRASILINO	Justiça do Trabalho João Pessoa

<p>MARCOS JOSÉ DOS SANTOS</p>	<p>Justiça Federal João Pessoa</p>
<p>GENEDILSON FERREIRA MONTEIRO</p>	<p>Justiça Eleitoral João Pessoa</p>
<p>COORDENADORES EXECUTIVOS</p>	<p>SUPLENTES</p>
<p>MARIA DE FÁTIMA DE MOURA Coordenadoria de Finanças e Patrimônio João Pessoa (Justiça do Trabalho)</p>	<p>MARIA DE FÁTIMA DE BRITO SILVA João Pessoa (Justiça do Trabalho)</p>
<p>ROMERO DANTAS MAIA Coord. de Cultura, Prom. Social e Esp. João Pessoa (Justiça do Trabalho)</p>	<p>SEVERINO DOS RAMOS DA SILVA NERY João Pessoa (Justiça do Trabalho)</p>
<p>MARCOS LOPES VASCONCELOS Coord. de Comunicação e Imprensa João Pessoa (Justiça Eleitoral)</p>	<p>ALTINO CAMILO DE SOUSA Guarabira (Justiça Eleitoral)</p>
<p>WASHINGTON ANACLETO DA SILVA Coordenadoria Jurídica Campina Grande (Justiça do Trabalho)</p>	<p>ANÍSIO CAMPOS NETO João Pessoa (Justiça Federal)</p>
<p>ALEXANDRE BARRETO DIAS Coordenadoria de Formação Sindical João Pessoa (Justiça do Trabalho)</p>	<p>MARTINHO RAMALHO DE MELO João Pessoa (Justiça Eleitoral)</p>

<p>FRANCISCO IZIDORO MACHADO</p> <p>Coord. de Direitos Humanos e Cidadania João Pessoa (Justiça Federal)</p>	<p>OMAR BRITO DA SILVA</p> <p>João Pessoa (Justiça do Trabalho)</p>
<p>JOSÉ MOREIRA LUSTOSA</p> <p>Coordenadoria do Alto Sertão Cajazeiras (Justiça do Trabalho)</p>	<p>CÉLIA VIRGÍNIA ALMEIDA</p> <p>Santa Luzia (Justiça Eleitoral)</p>
<p>MARINÉSIO BATISTA DA SILVA</p> <p>Coordenadoria do Litoral/Curimataú Areia (Justiça do Trabalho)</p>	<p>GIUSEPPE MEDEIROS MARTINS</p> <p>João Pessoa (Justiça do Trabalho)</p>

DELEGACIAS SINDICAIS	Titulares	Suplentes
CAMPINA GRANDE	ALDY JOSÉ ANTAS CORDEIRO (Justiça Eleitoral)	CLAUDIO AURELIO DE A. DANTAS (Justiça Eleitoral)
	ANGELA C. AZEVEDO DE MELO (Justiça do Trabalho)	MARIA NAZARETH S. SANTOS (Justiça do Trabalho)
	LEONARDO MARIA DOS SANTOS (Justiça Federal)	RICARDO LUIZ M. LACERDA (Justiça do Trabalho)
SOUSA	FRANCISCO ADEILTON DE A. RODRIGUES (Justiça Federal)	RENATA A. DE SÁ SARMENTO (Justiça Eleitoral)
GUARABIRA	ANA THEREZA LEAL DE SOUSA (Justiça Eleitoral)	MÚCIO MARQUES DA SILVA (Justiça Eleitoral)
MAMANGUAPE	TEÓGENES GOUVEIA (Justiça do Trabalho)	GIANCARLO GONÇALVES DE ABREU (Justiça Eleitoral)
SANTA RITA	JOANA DAR´C S. DA SILVA PEREIRA (Justiça do Trabalho)	EDSON ANTÔNIO CORREIA (Justiça Eleitoral)
PICUI	WAGNER ANDRÉ DE OLIVEIRA (Justiça Eleitoral)	CORA GERMANA P. SOUTO (Justiça Federal)
CATOLÉ DO ROCHA	SEBASTIÃO FELIX DE SOUSA	JAIR RODIGUES NÓBREGA (Justiça

	(Justiça do Trabalho)	Federal)
PATOS	EVERTON DE ALMEIDA ALVES (Justiça do Trabalho)	JANAÍNA DE ANDRADE PEREIRA (Justiça Eleitoral)
ITAPORANGA	NIVALDO Fr. CORREIA (Justiça do Trabalho)	GLEIDSON CASTELO B. MAGALHÃES (Justiça Eleitoral)
CAJAZEIRAS	JOSENI ALMEIDA (Justiça Eleitoral)	CAIO ROBERTO MENDES FERREIRA (Justiça do Trabalho)
AREIA	DEMÉTRIUS JOSÉ PEREIRA DE MELO (Justiça Eleitoral)	TONEVÂNIO S. PEIXOTO (Justiça Eleitoral)
MONTEIRO	ZULEIDE P. DE MEDEIROS (Justiça do Trabalho)	GILDÁZIO AZEVEDO DE CARVALHO (Justiça Federal)
ITABAIANA	JOSÉ GIOVANI VIANA NEVES (Justiça do Trabalho)	CIRO FONSECA XIMENES (Justiça Eleitoral)

CONSELHO FISCAL
1- EDMILSON BELO DA COSTA - (Justiça do Trabalho)
2- BERTRAND DE SOUSA NÓBREGA - (Justiça Eleitoral)
3- ALGACY DE ARRUDA PALMEIRA - (Justiça Federal)
4- GUARACY MEDEIROS DE ASSIS - (Justiça do Trabalho)
5- AGAMENON MANOEL DOS SANTOS - (Justiça Eleitoral)